

Pedro Adão e Silva
Ministro da Cultura

Intervenção do Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, na Audição da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2022

Assembleia da República, Lisboa, 11 de maio de 2022

Esta ocasião para mim representa três estreias simultâneas: é a primeira vez que tomo parte numa audição parlamentar, é o início de uma nova legislatura e é ao mesmo tempo a primeira discussão do Orçamento do Estado em que participo. Quero assinalar estas três estreias começando por abordar diretamente o elefante na sala, que é a questão do subfinanciamento histórico da área da Cultura.

Todos reconhecemos que a Cultura precisa de mais dinheiro, e que essa é a principal dificuldade da área. Mas também é verdade que desde 2016 já se fizeram progressos muito importantes, que se traduzem num aumento de 48% no programa orçamental para a Cultura ou numa duplicação – repito, duplicação – do orçamento financiado por receita de impostos. Tirando a Saúde, provavelmente nenhuma outra área governativa cresceu tanto em termos de despesa. A este aumento, acrescentamos agora a verba que o PRR disponibiliza para a cultura (243 milhões de euros). Trata-se de uma oportunidade muito importante para o setor, a que corresponde uma enorme responsabilidade.

Tendo em conta o subfinanciamento histórico da Cultura, o programa de governo para esta legislatura estabelece uma meta concreta, e isso é importante desde logo porque nos permite ir avaliando o esforço que vai ser feito. **Estabelecemos como compromisso atingir os 2,5% da despesa discricionária do Estado nos quatro anos desta legislatura. Tomamos a despesa *discricionária* como valor de referência, porque ela reflete o investimento que realmente se faz na área, a dotação realmente disponível para o setor.**

Deste exercício excluem-se despesas obrigatórias, que não dependem de decisão política dos governos: despesa com salários, pensões, prestações de desemprego e encargos com juros, que às vezes crescem em função de variáveis que não têm nada que ver com a vontade política dos governos e não se traduzem em

novo investimento no setor. **Tomando a despesa discricionária por referência, poderemos avaliar a forma como evolui o esforço orçamental com cultura, enquanto protegemos essa análise de flutuações que são naturais.**

Gostava além disso de ser absolutamente transparente em relação a outro aspeto: **na despesa com cultura, estamos a incluir o programa orçamental da cultura e também despesa realizada no âmbito do ensino artístico e despesas com cultura do Instituto Camões que são diretamente relevantes para o setor. Ao mesmo tempo, e dentro da mesma lógica, para este efeito não consideramos o orçamento da RTP, ainda que ele esteja sob tutela do Ministério da Cultura.**

Queria deixar estes aspetos claros à partida, porque me parece fundamental que se estabeleçam critérios para avaliar o exercício político, e porque nesta área temos realmente a obrigação de ser ambiciosos em relação ao esforço financeiro. Para efeitos de definição da nossa meta, vamos, portanto, tomar esse agregado de despesa como medida.

Olhando para os últimos anos em termos de percentagem da despesa discricionária do Estado dedicada à cultura, tivemos 1,7% em 2020; 1,8% em 2021; e estamos em 1,9% no orçamento deste ano. A tendência vai no sentido correto, mas precisamos de acelerar o ritmo para conseguirmos chegar aos 2,5%, como estipulámos, em 2026. Gastamos hoje mais de 550 milhões de euros em cultura; se quiséssemos atingir já hoje o patamar definido dos 2,5% da despesa discricionária, teríamos de gastar quase 200 milhões de euros a mais. Estes valores são meramente de referência, pois eles variam anualmente, mas são uma projeção que dá uma ideia do caminho que é preciso percorrer.



O critério que assumimos, pelo qual o nosso compromisso deve ser avaliado, não é arbitrário. A Cultura não é um apêndice, não é meramente decorativa, não é aquilo de que se trata à margem dos assuntos sérios. Não é esse o meu entendimento.

Pelo contrário, nas sociedades contemporâneas ela tornou-se num setor vital, tanto do ponto de vista económico quanto de cidadania. Na Cultura trabalham muitos milhares de pessoas, e a área desempenha um papel decisivo na atração de turistas – tanto nacionais quanto estrangeiros – a todo o território. Do investimento na Cultura dependem museus, espetáculos, concertos, exposições, património material e imaterial. Por isso mesmo, a Cultura é também crucial para a coesão, para a correção de assimetrias e desigualdades territoriais, e para que os portugueses possam conhecer aquilo que se faz em todo o país, na sua diversidade. Por outro lado, ao mesmo tempo que reforça a coesão da sociedade portuguesa, a Cultura desempenha também um papel decisivo na sua internacionalização, trazendo ao nosso conhecimento aquilo que se faz lá fora e projetando no mundo aquilo que somos hoje, como país, como sociedade, na nossa pluralidade. A cultura é um dos setores mais vitais, mais dinâmicos em todas as sociedades modernas, justamente na medida em que ela se abre à diversidade, tanto internacional como interna.

É por isso que o que está em causa não é apenas uma questão de disponibilização de mais recursos. Não basta poder gastar mais: é preciso que esse esforço financeiro – com o dinheiro público – obedeça a uma estratégia clara, que dê sentido às dotações orçamentais. Não faria sentido tomarmos como referência o aumento da despesa, se não definíssemos claramente também os objetivos que essa despesa pretende servir. A política para a Cultura para esta legislatura corresponde a três ideias estruturantes, a três princípios estratégicos que vão orientar a ação nos diversos subsectores. Os três princípios são: institucionalizar, modernizar e democratizar. Organizo as ideias de acordo com esses três motes, porque penso que

eles podem ajudar-nos a compreender as políticas concretas adotadas e as prioridades que assumimos, e também a escrutinar a ação governativa.

Por institucionalizar entendo desde logo a consolidação das políticas públicas: é preciso dar ao setor da cultura a estabilidade, previsibilidade e continuidade que ele historicamente não teve. Não se trata de inventar tudo do zero, porque, para produzirem efeitos, as políticas requerem antes de mais segurança: elas precisam de continuidade e de tempo. Nos últimos anos, foram lançados novos instrumentos, novas articulações entre Estado central e administração local, criadas parcerias renovadas com a sociedade civil. Mas é preciso consolidar o caminho percorrido. Um caso exemplar é o do Estatuto dos Profissionais da Cultura, com o qual se combatem a precariedade e a imprevisibilidade do trabalho no setor, garantindo-se maior proteção social aos trabalhadores da área. É uma medida inovadora, mas precisa de ser consolidada.

Institucionalizar significa não nos limitarmos a desenvolver novos instrumentos, mas assegurarmos que aqueles que já existem são avaliados, para sabermos se são eficazes. O concurso de apoios sustentados às artes é uma área em que o financiamento tem vindo a crescer. Nos avisos que acabam de ser lançados, entre apoios quadrienais e bienais, estão disponíveis 80 milhões de euros, o que representa um crescimento de 18% face ao ciclo anterior. Também aqui se trata de consolidar procedimentos, de lhes dar critérios previsíveis, estáveis, sujeitos ao escrutínio. É isso que permite estabelecer relações de confiança com os agentes do setor. Até porque – convém nunca esquecer – de pouco serve ao Estado definir estratégias para esta área se não for capaz de mobilizar e envolver a comunidade artística.

A segunda prioridade é a modernização. Há muito trabalho a fazer a este nível: a cultura precisa de ser sempre um campo aberto à mudança e à criatividade. Do ponto de vista das políticas, isto inclui tanto adaptar tecnologias e procedimentos aos dias de hoje, como estar aberto à inovação. Modernizar tanto inclui digitalizar acervos (como os do arquivo de som, ou do ANIM) – tarefa para a qual, de novo, os 93 milhões de euros disponíveis no PRR vão ser determinantes – quanto inovar nos modelos de gestão, designadamente dos museus, sem preconceitos, explorando novas possibilidades de autonomia.

Além disso, modernizar significa ser capaz de aproveitar oportunidades novas, como o aparecimento de um mercado importante para a produção de filmes e de séries em Portugal. A modernização contempla ainda a preparação de um novo Estatuto do Mecenato que não se limite a discutir benefícios fiscais, um trabalho que estamos agora a iniciar. E um outro compromisso importante desta legislatura, que é a criação de um Museu de Arte Moderna.

O terceiro princípio é a democratização, que na verdade corresponde a uma obrigação constitucional do Estado. A democratização traduz-se tanto no combate às desigualdades sociais quanto às assimetrias regionais no acesso à cultura. Se temos um problema de consolidação de políticas culturais ou de escassez de recursos humanos, temos um problema não menos profundo de fragilidade de públicos. É por isso que a Rede de Teatros e Cineteatros portugueses é tão importante. Trata-se da concretização de uma ideia há muito desejada, que torna possível avançar na programação em rede, permitindo que os espetáculos circulem por todo o país, criando economias de escala, aproveitando melhor aquilo que já se faz.

Dou um outro exemplo: o encerramento temporário do Teatro Nacional Dona Maria II, do Teatro Camões e do Teatro São Carlos – que serão todos

proximamente objeto de obras há muito necessárias – é também uma oportunidade para que estes teatros cumpram a sua função nacional, para que cheguem às pessoas que não vivem na capital do país. Tenho para mim que quando se fala em criar públicos, trata-se muitas vezes simplesmente de favorecer as condições em que os espetáculos possam chegar às pessoas que estão disponíveis para os ver, e isso em si mesmo tem um efeito criativo e um efeito reprodutivo. Outra política que eu gostaria de destacar, pelo seu impacto em termos de democratização do acesso à cultura, pela centralidade que a leitura tem no acesso a todas as formas de fruição cultural, é a criação de uma plataforma de empréstimo de livros eletrónicos: uma plataforma a partir da qual os clientes de bibliotecas públicas poderão requisitar livros em formato digital, tal como requisitam em formato físico.

Não vale a pena desenvolver políticas de cultura se elas não forem efetivamente dirigidas a todos. Se não reconhecerem a relevância social e comunitária da cultura. A cultura tem mesmo de ser para todos.

As políticas públicas que vamos continuar a definir para esta área não serão o mero resultado de uma vontade determinada a partir de cima. O Estado vai continuar a desenvolver os instrumentos, a facilitar a criação e a estruturar o campo. Mas este propósito não será alcançável se não se criarem relações entre as muitas coisas novas que a própria sociedade civil e as autarquias estão a construir pelo país, todos os dias. Não estamos a construir no deserto; o que se trata é de aproveitar uma força que está disponível, porque há trabalho a fazer no sentido de integrar, potenciar e dar sustentabilidade àquilo que já existe.

Ambição nas metas orçamentais; institucionalização dos instrumentos e do setor; modernização dos objetivos e democratização no acesso. São estes os compromissos que aqui vos queria deixar.